

OS DESAFIOS DOS PROFESSORES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)*

THE CHALLENGES OF TEACHERS AND THEIR PEDAGOGIC PRACTICES IN THE INCLUSION IN CHILD EDUCATION WITH STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD)

Erika de Lourdes dos Santos Campos**
Hevellyn Nunes de Oliveira***

Jocelina Correia Monteiro****

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO - IESF

RESUMO

Os professores para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, muitos não tem confiança e conhecimento para apoiar os alunos autistas. Isso pode ter um efeito adverso em sua educação. Estudos anteriores exploraram as atitudes dos professores em relação à inclusão, mas pouco se sabe sobre as experiências dos professores de ambientes escolares contrastantes em relação aos alunos autistas. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa exploratório, a qual foi feita um questionário e aplicado a professores atuantes de escolas regulares e especiais. As perguntas exploraram a inclusão estratégias relacionadas à aprendizagem dos alunos autistas, interação familiar e inclusão geral. Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, constatou-se que, a inclusão para discentes no apoio a crianças autistas, marcada por fatores excludentes, que ocorrem em parte, devido à falta de capacitação para professores, a ausência de recursos pedagógicos nas escolas, e atualmente, em ambiente familiar e ambiente físico. Nesse sentido, torna-se pertinente as discussões acerca dessa temática, para viabilizar avanços significativos no âmbito educacional.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Autistas. Professores.

ABSTRACT

Teachers for the inclusion of children with special educational needs, but many lack the confidence and knowledge to support autistic students. This can have an adverse effect on your education. Previous studies have explored teachers' attitudes towards inclusion, but little is known about the experiences of teachers from contrasting school environments towards autistic students. In order to do so, an exploratory qualitative methodology was used, in which a questionnaire was made and applied to teachers working in regular and special schools. The questions explored inclusion strategies related to autistic students' learning, family interaction, and general inclusion. In view of the results obtained by the research, it was found that the inclusion for students in the support of autistic children, marked by excluding factors, which occur in part, due to the lack of training for teachers, the absence of pedagogical resources in schools, and currently, in family environment and physical environment. In this sense, discussions on this theme become relevant, to enable significant advances in the educational field.

Keywords: Inclusion. Education. Autistic. Teachers.

* Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino São Franciscano, para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

** Graduanda do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: erikalourdes04@gmail.com

*** Graduanda do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: hevellyn_raiol@hotmail.com

**** Especialista em docência do Ensino Superior, Métodos e Técnicas de Pesquisa em história, Licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Geografia e Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

1 INTRODUÇÃO

O autismo é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por comportamentos/interesses restritos e repetitivos e deficiências na comunicação social (American Psychiatric Association; DSM-5). Os professores são destinados a fazer “ajustes razoáveis” para permitir que as crianças com necessidades educativas especiais e deficiências aprendam e sejam incluídas na vida escolar, o que pode representar um desafio (GREENSTEIN, 2014). Além de ter conhecimento específico do autismo, os professores também devem implementar abordagens de ensino eficazes e apropriadas (Frederickson, Jones e Lang 2010; Odom, Cox e Brock 2013)

Os professores geralmente concordam que a inclusão é importante por razões de justiça social (Artiles e Harris-Murri 2008; Polat 2011), mas muitos têm pouca confiança em sua capacidade de apoiar alunos com TEA (Frederickson, Jones e Lang 2010; Lindsay et al. 2013).

No âmbito da sala de aula há uma luta constante para que a criança com TEA seja incluída. A exiguidade de “preparação de professores”, frente a um sistema tradicional de ensinar requer uma ação efetiva, com a finalidade de se obter a qualidade de ensino.

Ao se pensar na prática pedagógica, desde as atividades às avaliações, o sistema educacional homogêneo incute modelos pouco individualizados no processo de ensino e aprendizagem. Suscita-se nesse aspecto que, tal sistema é incapaz de atender às necessidades das crianças que não fazem parte de um “modelo padrão de desenvolvimento humano” (COLL e col., 2004, p. 249).

As pessoas com autismo experienciam uma sobrecarga sensorial durante a interação social, considerando-se que o ser humano é uma das fontes mais ricas de estimulação simultâneas: tom da voz (estímulos auditivos); expressão facial (estímulo visual); gestos (estímulo visual periférico) e referência a objetos e eventos ao redor (estímulo visual e auditivo periférico).

Compreende-se que o ato pedagógico somente ocorre se existe uma rotina, evitando mudanças frequentes, recursos complementares, estudando e compreendendo as características próprias do sujeito (sobrecarga sensorial) e o possível auxílio de uma equipe multidisciplinar: psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas, além de atividades extracurriculares como equoterapia, que estimulam o desenvolvimento do processo de suas relações interpessoais e de ensino e aprendizagem.

Há a constatação de que sem preparo, conhecimento básico das diferentes deficiências e estratégias de ensino, bem como das dificuldades da instituição para com o aluno, possivelmente este será transferido para um lugar onde, muitas vezes, não encontrará nada além do vácuo (VILLANOVA; VAZ, GUEBERT 2011).

A família e o educador carecem de conhecer tais características específicas para contribuir com a rotina da criança. Cogita-se que, o educador é um dos mediadores fundamentais nesse processo, no contexto de um ensino focado em cada exiguidade do sujeito pertencente a sala de aula, independentemente de ser ensino regular ou especial.

Segundo Coll e col. (2004), as inovações nas práticas pedagógicas e a busca incansável de novos parâmetros devem se basear na ação educacional.

Estudos mostram que a criança com TEA, principalmente as mais novas, necessitam que a família e os educadores criem inicialmente fortes laços afetivos para

que as propostas sejam inovadoras, pois isso exerce uma ingerência no desenvolvimento da criança.

Oportunidades devem ser criadas para aumentar habilidades sociais e educativas em todos os domínios de desenvolvimento de forma integrada, intervenção sistemáticas nas habilidades sociais relacionadas as crianças com espectro autista.

Estratégias inovadoras devem ser aprimoradas afim de novas práticas de formação de professores, conhecimento dos níveis e graus do Transtorno do Espectro Autista e acercar da importância do papel do professor nesse contexto.

Como soluções os professores podem recorrer as metodologias inovadoras para melhorar suas práticas pedagógicas, oportunizando uma aprendizagem de eficácia e qualidade para os alunos de TEA, buscando a participação da família.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os desafios do professor com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para assim, compreender os fatores correspondentes relacionados a essas questões, tendo como objetivo específico: Investigar os possíveis caminhos que possam facilitar a inclusão e a aprendizagem da criança com autismo; analisar como podem ser feitas as adaptações curriculares pensadas nos aprendentes autistas; analisar soluções viáveis e eficazes para as principais barreiras com base em seu uso pela equipe de estudo nas salas de aula.

A escolha do tema deu-se em função de trabalhadores na inclusão na sala de aula no qual buscamos conhecimento sobre o autismo.

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo foi a pesquisa bibliográfica (revisão de literatura), por meio de livros e artigos científicos disponíveis em sites confiáveis, no qual objetiva buscar informações do que se conhece do determinado tema.

O estudo de campo tem o objetivo de criar uma base de conhecimentos a respeito do assunto, ou seja, dos desafios dos professores com alunos de TEA, considerando o papel do mesmo como essencial nesse processo.

Portanto, o estudo é qualitativo de caráter exploratório, que conforme Creswell (2010) as estratégias escolhidas, permite explorar e entender o significado que é atribuído a um problema, seja ele social ou humano.

Os dados serão coletados por meio de um questionário com 11 perguntas preestabelecidas, considerando igualmente a aplicação criteriosa e justa para todos os participantes. Será utilizado o aplicativo google forms para a criação desse questionário, pela facilidade de acesso, e a visualização das respostas.

O estudo tem objetivo de questionar 5 professores ativos em redes de ensino regulares privadas. As perguntas serão todas formuladas com base no que se busca saber sobre as experiências docentes, frente as questões aos desafios dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As respostas tem intenção de equilibrar as opiniões e realidades de ambas as partes e cumprindo o proposito metodológico a esse tipo de estudo.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No final do XVIII, era observado por médicos, clínicos e pedagogos alguns comportamentos estranhos e anormais apresentados por crianças, diferenciando aqueles que possuíam deficiência mental. O primeiro a reunir informações com base nesses comportamentos foi John Haslam (1764-1844).

O termo “autismo” foi introduzido em 1911 no campo médico pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para identificar aqueles que tinham dificuldade para interagir com o meio a sua volta e com tendência ao isolamento. Os primeiros estudos foram realizados pelo psiquiatra infantil, Léo Kanner em 1943.

Kanner substituiu esse termo por autismo infantil, que nos termos médicos significava que o autismo estava presente na primeira infância (BRITES, 2019).

O interesse dos pesquisadores pelo autismo foi aumentando, e com isso vários estudos foram sendo feitos sobre o tema, e ao longo dos anos o Autismo foi sendo cada vez mais reconhecido pelos campos da Medicina, da Neurologia e da Psiquiatria.

Um grande marco na compreensão do autismo foi no ano de 1978 quando o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, baseando em alguns critérios entre eles o atraso e desvio sociais, problemas de comunicação, movimentos incomuns e o início de sintomas antes dos 30 meses de idade

O DSM-5 (American Psychiatric Association - Manual Diagnóstico, e Estatístico de Transtornos Mentais), publicou uma última atualização da Associação Americana de Psiquiatria que define o autismo como um transtorno de espectro autista que regulariza seu diagnóstico, pois cada caso se manifesta de formas diferentes, mas que apresenta a mesma doença dentro de um espectro que vai de quadros mais leves ou severos

A partir da história do autismo, percebe-se o quanto foi longo o caminho para entender o Transtorno do Espectro Autista. São muitos anos de estudos e pesquisas que médicos e pesquisadores se dedicam com compromisso e compaixão por essas crianças, pois sabe-se que não foi fácil para elas no início quando não se sabia o que era autismo, suas causas e tratamento, então essas crianças eram afastadas do convívio com a sociedade pelo seu comportamento estranho e que causava medo (BRITES, 2019). As leis que asseguram o acesso a tratamentos, medicamentos, proteção social e o direito a educação e questões mais específicas do cotidiano foi um grande marco, fazendo com que elas possam ter a mesma igualdade de direitos previsto pela Constituição Federal de 1988.

Em 1983, o Dr. Raymond Rosenberg tinha alguns clientes com seus filhos diagnosticado com autismo, não havia qualquer pesquisa ou tratamento na cidade, estado ou país que pudesse ser utilizada para ajudar aquelas crianças. Foi então que surgiu o AMA – Associação de Amigos do Autista, a primeira associação beneficente sem fins lucrativos de autismo no país, através dos pais que decidiram se reunir e lutar em busca do melhor tratamento para seus filhos. a divulgação de informações sobre o autismo cresceu e foram sendo criadas instituições e grupos de apoio contribuindo para o entendimento do Transtorno do Espectro Autista. A partir disso muitos pais começaram a procurar tratamento para seus filhos e estimulou profissionais da educação a buscarem conhecimentos para a inclusão educacional dessas crianças e adolescentes.

O maior marco legislativo para o autismo no Brasil foi a Lei 12.764/2012 que foi regulamentada pelo Decreto Presidencial 8.368/2014, que garante a qualificação e a acessibilidade aos serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação e da proteção social para pessoas com o Transtorno do Espectro do Autismo. A inclusão social do autista, ajuda no seu desenvolvimento. Essa interação significa fazer parte da sociedade, contribuir para que sua participação social ocorra de modo efetivo (TELES; CÂNDIDA, 2018).

Nesse contexto, não podemos desconsiderar as iniciativas de caráter privado e beneficente lideradas pelos pais no atendimento clínico e escolar de pessoas com deficiência assim como na formação para o trabalho. Com isso, surgiram a partir de 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em todo o Brasil.

Essas iniciativas isoladas não estavam integradas as políticas públicas de educação, muito menos era objeto de debate entre os especialistas à época. Em 1957, a educação especial foi assumida pelo poder público e foram divulgadas algumas campanhas de conscientização das diferentes deficiências e, no ano de 1972, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) fez a primeira proposta de estruturação da educação especial, sob a responsabilidade do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), hoje, denominada de Secretaria de Educação Especial (SEESP).

A educação inclusiva surgiu na década de 90, quando aconteceu a Conferência Mundial de Educação Especial e, desta conferência os participantes em comum acordo lançaram a —Declaração de Salamanca responsável pela inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares como também, no contexto social.

Sabemos que a educação inclusiva, ainda é um desafio e, nos dias atuais, ainda está longe de ser conquistada por todos. Incluir estudantes com necessidades educativas especiais em salas de aula regulares e oportunizar um atendimento igualitário ainda não é prioridade em muitos lugares.

As características do TEA muitas vezes podem aparecer em déficits na comunicação e interação social com as outras pessoas. Geralmente os primeiros sintomas que a criança apresenta estão relacionados com o atraso da linguagem, evidentes na primeira infância, movimentos repetitivos e pouca ou nenhuma interação social com sua família e amigos (GOMÉZ, TERÁN 2014) Por isso, é imprescindível fazer um diagnóstico com profissional habilitado para saber como intervir favorecendo no seu desenvolvimento.

O TEA é um transtorno relacionado ao desenvolvimento neurológico. São pessoas que tem dificuldade de comunicação, socialização, muitas vezes com interesses restritos e estereotipados. Afeta o neurológico da criança, que dificulta o funcionamento do cérebro. Cada indivíduo autista pode apresentar essas características, mas cada criança é única e por isso os sintomas podem variar de intensidade e cada um será afetado de formas diferentes, o que determinará cuidados e intervenções individualizados. Quanto mais nova a criança for, mais leve pode ser os sintomas e quando tratado cedo a criança pode apresentar menos sintomas do espectro com o tempo.

O diagnóstico do autismo é realizado de forma clínica, onde serão analisados o comportamento da criança e será feita uma entrevista com os pais. Caso a criança já esteja frequentando a escola, uma avaliação pedagógica escolar é muito importante

Assim, de acordo com a Associação existem três níveis o leve, o moderado e o grave.

Nível 1

Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para o alcance das expectativas associadas à idade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 34).

A criança no nível leve consegue fazer as atividades diárias e poder ter uma conversa normal, ler ou escrever. Também é conhecida como, *síndrome de Asperger*, este nome foi utilizado por muitos anos para denominar a pessoa com autismo leve.

A criança com o nível leve consegue ter interações sociais e verbalizar intenções, necessita de menos horas com terapeutas e tem maior facilidade de associar ideias.

Nível 2

O autista moderado está no nível 2, é intermediário ao nível leve, que apresenta diferenças dos sintomas. Com uma dificuldade em aprender, com falta de habilidades sociais em interagir com outras pessoas, precisa de mais apoio.

Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costuma mostrar-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades acadêmicas no trabalho e na vida pessoal. Assistência contínua diária é necessária para a realização de tarefas conceituais cotidianas, sendo que outras pessoas podem assumir integralmente essas responsabilidades pelo indivíduo. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 35).

Nível 3

O TEA do nível severo é não verbal, são dependentes de cuidados de outras pessoas, com dificuldades na fala e gestos. Tem atraso cognitivo, alto nível de comprometimento intelectual ou atraso mental. Sendo assim, a *American Psychiatric Association* (2014) afirma que o indivíduo apresenta compreensão muito limitada.

O nível severo precisa de muito apoio, de cuidados tanto psicológico, como motor. Também precisam de um acompanhamento sistemático de terapeutas bem como uma assistência escolar e de um profissional dando suporte em suas atividades no espaço educacional.

2.1 Autismo no contexto escolar

A escola é um ambiente em que as crianças passam a maior parte do seu tempo em contato com outras pessoas longe da família. Diante disso, podemos dizer que a escola é o principal ambiente de interação social da criança, onde ela possui muitos estímulos pedagógicos e sensoriais essenciais para seu desenvolvimento e aprendizado. No caso da criança autista é muito importante que ela seja inserida no ambiente escolar, por meio dela a criança conseguirá sua integração social. Segundo Brites (2019), existem vários tipos de inclusão, mas cabe aqui ressaltar dois: a escolar e a social. A escolar deve direcionar as ações para a assimilação de regras e rotinas, para engajamento acadêmico dos processos em que envolvem leitura, escrita e matemática, para a estimulação de habilidades relacionadas a um bom convívio com autoridades e para cumprimento de atividades que exigem prazo, método e prática compartilhada. A social deve direcionar ações para o compartilhamento de sentimentos, atividades e discussões, para desenvolver a tolerância e a paciência ao lidar com o diferente, com a diferença e com os conflitos da desigualdade, tão implícitos as relações humanas nas demandas do ambiente escolar. (BRITES, 2019, p. 137).

No entanto, a criança com o TEA apresenta como característica principal da síndrome a tendência ao isolamento, o que causa dificuldades no seu desenvolvimento social, e sua aprendizagem cognitiva. Nesse sentido, o ambiente escolar proporciona a elas momentos de interação com outras crianças que contribuirá para aprendizagem e uma melhora significativa no seu desenvolvimento e comportamentos estereotipados. O que se deve levar em consideração é que a criança com autismo tem a capacidade de aprender, mas de formas diferentes das que não apresentam nenhuma necessidade especial.

O ambiente escolar proporciona a oportunidade ao professor de intervir e mediar as habilidades da criança contribuindo para o seu desenvolvimento e aprendizagem, e no caso da criança com autismo não é diferente, sabe-se que é um grande desafio para o educador entender as dificuldades dessas crianças e a partir delas ensiná-las, o que pode fazer uma grande diferença na vida delas (BRITES,2019).

Desta forma, muito se tem falado a respeito da escola inclusiva, um ambiente educacional capaz de atender às necessidades de todos. Porém, pouco se faz a respeito da qualificação dos professores para lidar com as mais variadas necessidades.

Para Mantoan (2003) a luta desde sempre foi e é ter uma educação inclusiva, que busque sempre melhorar e fazer com que a criança seja aceita em todas as escolas, pois é um direito de todos.

O papel do professor é de grande importância na educação de uma criança, sabemos que é muita responsabilidade pois o mesmo, precisa se preparar para conhecer suas características e modalidades de aprendizagem.

É preciso haver uma mudança nas escolas, nos currículos dos professores, precisam entender que a escola precisa receber as crianças com deficiência.

Assim, Mantoan (2003) afirma que em todos os níveis de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças, assim o professor na educação inclusiva deve oportunizar à criança o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais, com um planejamento para toda a turma sem discriminação e exclusão de nenhuma criança.

Mesmo que a inclusão das crianças com TEA seja um desafio aos professores, sempre é bom buscar soluções e conhecimento, levando para a sala de aula a não discriminar e sim, mostrar para todos que é importante o respeito e a convivência.

Devem ser oferecidos os meios para a organização da escola democrática com vistas à aprendizagem que tenha como eixo norteador a experiência entre as subjetividades, ou seja, professores e alunos, com/sem deficiência, aprendendo juntos. (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p. 92).

Orrú (2003, p.1) fala que é indispensável que o professor conheça todas as características e dificuldades que abrangem esse transtorno, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências, a criança não seja vítima de atos discriminatórios.

Entendemos que para um bom resultado nesse processo, o professor deve ter propriedade nas práticas aplicadas e conhecimento pleno do que é o autismo. É muito importante que ele tenha sensibilidade e serenidade para promover em sala de aula a consciência de atos inclusivos, buscando contribuir, dessa forma, no desenvolvimento e na aprendizagem.

2.3 Parceria escola e família

Segundo Gomes *et al.*, (2019) “a escola é o único espaço social que divide com a família a responsabilidade de educar”, sendo assim a escola promove a socialização devido às diferenças individuais e as necessidades do grupo.

Na perspectiva de se compreender o TEA, segundo Coll e col. (2004, p. 248), “o sistema educacional deve levar dois fatores em consideração: a diversidade e a personalização”.

Diante dessa premissa, Silva (2012, p. 109) afirma que desde os primeiros anos de vida, o indivíduo apresenta um desinteresse por brinquedos e jogos sociais, além de certa intolerância a sons, sensibilidade hipo ou hiper-reativo aos estímulos e desenvolvimento motor irregular que requer uma avaliação peculiar, e principalmente o acompanhamento especializado e individualizado.

Ao se pensar na prática pedagógica, desde as atividades às avaliações, conforme ratificado pela pesquisa de Coll e col. (2004), o sistema educacional homogêneo incute modelos pouco individualizados no processo de ensino e aprendizagem. Suscita-se nesse aspecto que, tal sistema é incapaz de atender às necessidades das crianças que não fazem parte de um “modelo padrão de desenvolvimento humano” (COLL e col., 2004, p. 249). A criança que tem a deficiência demanda uma estratégia particular, ou seja, almejar novas orientações referentes às propostas e enunciados de atividades e avaliações.

Compreende-se que o ato pedagógico somente ocorre se existe uma rotina, evitando mudanças frequentes, recursos complementares, estudando e compreendendo as características próprias do sujeito (sobrecarga sensorial) e o possível auxílio de uma equipe multidisciplinar: psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas, além de atividades extracurriculares como equoterapia, que estimulam o desenvolvimento do processo de suas relações interpessoais e de ensino e aprendizagem.

3 A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Portanto, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

O novo desenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais.

Como acontecia anteriormente, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, o que é no mínimo apropriado, já que temos cerca de 15 milhões de deficientes segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja grande maioria está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como é seu direito.

Sendo assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta às necessidades de inclusão. Como diz Mantoan (2003, p. 68), "[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos".

Esta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

Então, como atuar numa escola inclusiva? Compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitando-o na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação (e, embora as dele sejam de consequências geralmente mais difíceis, todos têm limitações), mas que também possui seus pontos fortes. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz.

Ressalta-se que o movimento de Educação Inclusiva, frente à realidade educacional brasileira, deve, ainda, neste início, nesta fase de transição, ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matrícula do aluno portador de necessidades educativas especiais na escola pública regular, porque, ainda hoje, prevalece entre nós a escola especial como o lugar para essas pessoas.

Acreditamos que, nesse momento, precisamos atuar a favor de um movimento de "dessegregação", como diz Santos (2008), o que significa trazer à escola regular aqueles que, até então, nunca tiveram acesso a ela, seja por estarem matriculados em escolas especiais, seja porque eram segregados em suas comunidades.

Entendemos que é de grande valia, quando discutimos a escola como espaço inclusivo, abordarmos também a questão do fracasso escolar. A discussão sobre fracasso escolar vem acontecendo a partir de diversos pontos de vista: os aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos, psicológicos. Entretanto, o fracasso escolar se dá, principalmente, entre os alunos das classes sociais mais baixas, que encontram grandes barreiras no cotidiano escolar.

Esteban (1992, p. 49) nos diz:

O comportamento das crianças com necessidades educacionais é associado à falta de educação, seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola, seus conhecimentos não são considerados ou são tratados com desconhecimento, sua realidade deve ser deixada de lado para que em seu lugar uma outra, sob o modelo das classes dominantes, seja construída.

Sem dúvida de que existe uma relação íntima entre prática educativa e dimensão política, e que toda prática política possui uma dimensão educativa. Dessa forma, tanto a educação como a política constituem manifestações da prática social própria de uma sociedade de classes. Podemos constatar que a sociedade brasileira se apresenta, de maneira muito clara, dividida em interesses opostos, antagônicos

Como incluir os que não são reconhecidos pela sociedade, sem correr o grande risco de criar falsos mecanismos de inclusão? A escola, entretanto existe em função do aluno. O aluno ingressa nela para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Se isso não ocorre, a escola não está cumprindo a sua função. O sucesso dos alunos

não pode depender de sua capacidade de se adaptar aos códigos existentes dentro dela. Esta é caracterização da cultura do fracasso. As crianças com carência social e cultural são vistas como incapazes de aprender e avançar dentro de uma escola acabada e perfeita, que se julga imune à qualquer avaliação.

Devemos então, concluir que a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.

3.1 Formação de professores para uma escola inclusiva

Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser palavra chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente. Vamos discutir a inclusão do ponto de vista educacional, embora este movimento seja muito mais amplo, norteador, também, todas as ações que emanam dos direitos sociais, políticos e civis.

A preocupação é com o autismo, porque fazem parte das chamadas minorias excluídas, como os negros, pobres e miseráveis, analfabetos e desempregados. Precisamos, então, atender à premente necessidade de uma "educação para todos". Diante do paradigma da inclusão, precisamos pensar na educação dos autistas, desde a educação infantil até a superior.

Por esse motivo, exige do professor novas competências que devem estar sob sua responsabilidade, e o mesmo deve estar preparado para lidar com qualquer dificuldade que possa surgir em sua sala de aula, um desses desafios é a educação da criança com autismo. Segundo Cunha (2016) afirma que: Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagens e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno (CUNHA,2017, p. 101).

Sendo assim, este novo momento passa a exigir dos professores outros conhecimentos além daqueles que receberam nos seus cursos de formação do magistério. Da mesma forma, também os cursos de nível médio e superior de formação de professores necessitarão de grandes mudanças em sua estrutura curricular.

A partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula.

Os professores muitas vezes temem diante a inclusão social e educacional da criança com deficiência por medo de não conseguir ensinar e trabalhar com o aluno deficiente. O educador não deve temer aquilo que ainda não faz parte do seu conhecimento e de sua experiência, mas ele deve ser sensível e superar todos os problemas enfrentados e que venham a surgir. (CUNHA, 2016). Tudo vai depender da formação do professor, pois é ela que vai conduzir o seu processo para assumir o seu papel social.

Portanto, os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre

a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz.

Precisamos, então, investir com seriedade na formação inicial e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais. Esta formação, em todas as instâncias, precisa concordar com a política educacional brasileira vigente que prevê a inclusão/integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e, também, com a oferta de serviços de Educação Especial para atender às necessidades educativas especiais.

Frente ao exposto, passamos a apontar alguns conhecimentos que devem ser construídos pelos professores durante o curso de formação (cf. Formação de professores para educação inclusiva/integradora, 1998):

- mecanismos funcionais de cognição das pessoas com autismo;
- consciência das suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos;
- desenvolvimento da capacidade de auto regular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino-aprendizagem;
- coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre teoria e prática;
- capacidade de ministrar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a alunos que têm níveis diferentes de compreensão e de desempenho acadêmico;
- respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno;
- utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando-os às necessidades dos alunos.

Devemos, ainda, acrescentar as recomendações feitas pela Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - Anfope, em 1980, no que diz respeito ao professor, ou melhor, ao educador:

- ter a docência como base da sua identidade profissional;
- dominar o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, numa perspectiva de totalidade de conhecimento socialmente produzido, que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais em que o processo educacional ocorre;
- ser capaz de atuar como agente de transformação da realidade na qual se insere.

4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista os dados coletados, foi analisado considerando o tema de estudo e os principais objetivos de investigação. A partir dos levantamentos de informações do questionário aplicado, foram descobertas questões a respeito dos desafios da educação inclusiva de alunos autista.

Assim, espera-se além de identificar esses desafios, investigar e compreender essa temática, com base nas respostas obtidas do questionário, e dos pensamentos dos teóricos, com a finalidade de se chegar uma conclusão sobre o problema, e descobrir possíveis soluções para sua resolução.

Os professores que participaram da aplicação do questionário, todos trabalham ativamente em uma escola regular de rede privada. Serão apresentados os

resultados obtidos do questionário aplicado a esses professores e as devidas discussões acerca da temática.

Questionário

1. O que você entende por educação inclusiva?
2. Você tem crianças com TEA em sua sala de aula? Se sim, como elas se relacionam com as outras crianças?
3. A escola tem estrutura para atender as necessidades dessas crianças e de suas famílias?
4. As famílias aceitam e entendem o que vem ser o TEA e as dificuldades dos seus filhos diante das atividades?
5. Você conhece os recursos que possam ser trabalhados nas atividades com os alunos com TEA e quais desses recursos a escola possui?
6. O que você como educador(a) têm feito ou pretende para atender a necessidade de alunos que possui alguma deficiência?
7. Quais estratégias você usa para fazer com que a criança com TEA se socialize em sala com os demais colegas?
8. Levando em conta sua experiência em sala de aula qual a maior dificuldade que o professor enfrenta na inclusão da criança com autismo?
9. O aluno com TEA apresenta um ritmo lento comparado com os demais, diante disso você acha necessário que ele tenha um auxílio de alguém que o acompanhe nas atividades em sala?
10. Tendo vista sua prática em sala de aula, percebeu alguma mudança no desenvolvimento, comportamento e socialização da criança com TEA? Relate a experiência:

De acordo com a concepção de cada professor é possível perceber que alguns ainda tem um pensamento muito vago em relação o que significa realmente incluir o aluno no ambiente escolar. Sobre a opinião dos docentes referente ao maior desafio que a escola enfrenta para incluir o aluno autista muitos afirmaram as dificuldades dos professores no processo de inclusão, acreditando que seja a dificuldade de encontrar o meio de interação, de capacitação para o docente, pouco conhecimento do diagnóstico do aluno caracterizando um maior desafio para a preparação da escola, ausência de recursos pedagógicos e relacionamento com a família, que não aceitam o diagnóstico do seu filho causando um atraso na aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Segundo Santos (2008, p. 9) por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com

crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas no qual dificulta o acesso à informação na área.

Sendo assim, para que alunos não sejam excluídos, é preciso ter conhecimento. Os educadores citaram alguns dos meios eficazes para que se consiga incluir o aluno autista em sala de aula, entre os principais estão as atividades lúdicas e aproveitamento das habilidades e interesses dos alunos.

Foi citado a falta de um acompanhante na sala de aula, a maioria diz que um tutor é super importante no desenvolvimento destas crianças, já que o mesmo deve acompanhá-lo de forma exclusiva.

Nem todos os professores atuantes nas redes de ensino tem ou já teve aluno autista, mas isso não quer dizer que tenha que esperar ter para buscar aprender mais sobre o transtorno. Dentre os entrevistados, 12/15 tem ou já teve algum público com esse espectro, e descreveram algumas das dificuldades encontradas durante suas aulas, aqui são: Distância da família no processo educacional, turmas numerosas, a dificuldade de socializar com os outros alunos, a falta de recursos e a falta de aceitação dos pais.

Como é possível notar, essas dificuldades se enquadram em um conjunto de fatores, e um deles com certeza, é a falta de preparo da escola, e de capacitação para o corpo escolar. Entre os entrevistados, apenas 3 possuíam preparação na área, diante do tempo em que atuam como profissional da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos realizados sobre os desafios dos professores e suas práticas pedagógicas com alunos de transtornos do espectro autista nos trouxe um outro pensar, e ao mesmo tempo um repensar sobre a inclusão, e as práticas pedagógicas de inclusão. A falta de conhecimento é umas das causas da maioria das exclusões de alunos com espectro autista nas nossas escolas. Os professores por não ter esses conhecimentos e a escola por não estar preparada para receber estes alunos, acabou por excluí-los ou prestar um serviço de má qualidade.

Portanto, para que as práticas de sala de aula dos professores com alunos autistas sejam de inclusão escolar, a escola e a família devem estar mais próximas umas das outras para que a assistência aos alunos autistas seja de qualidade e harmoniosa para que além do sucesso escolar, a criança possa desenvolver-se. O diálogo entre ambas as partes, a troca de experiências, a busca de novos conhecimentos, são formas que os dois lados podem fazer para aprimorar e encontrar a melhor maneira de atender a criança com autismo, que a escola tenha recursos e matérias para atender todas as necessidades, turmas com menos alunos, maior socialização com outros alunos e maior aceitação de pais.

Desta forma, a maior dificuldade dos professores da educação em relação ao autismo, é a falta de conhecimento, não apenas dos professores, mas de toda comunidade escolar, visto que a mesma ainda não tem conhecimento suficiente para lidar com os problemas do autismo e da aceitação por parte de uma parcela da sociedade.

Portanto a comunidade escolar deve-se ter toda uma preparação para receber essas crianças, buscando conhecimento, ter a parceria da família e escola é extremamente fundamental tanto para a família que vai entender melhor o que é TEA e o como pode ser trabalhando o desenvolvimento dessa criança e para os educadores

ter uma noção de como essa criança é acompanhada fora do ambiente escolar, assim a família e escola anda lado a lado. O educador tem um papel extremamente fundamental na inclusão da criança, pois é ele quem tem os primeiros contatos com ela na escola, essa recepção é o ponto chave para definir como será a relação professor-aluno no início da construção dessa convivência. O docente tem a responsabilidade de criar situações que favoreçam o desenvolvimento, adequando e adaptando as metodologias de acordo com a necessidade de cada criança e o espaço ter uma boa estrutura para recebê-las.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, recurso eletrônico, DSM-5**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de Dezembro de 2012, institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro Autista diário da república federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 de dezembro 2012.
- BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.
- COLL, C. e col. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. São Paulo: Penso, 2004.
- COLL, C. e col. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 3. ed, Rio de Janeiro; Wak, editora, 2004.
- CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2017.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- ESTEBAN, M. T. Não saber / Ainda não saber / Já saber: pistas para a situação do fracasso escolar. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF 1992.
- GOMES, Manoel Messias; SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo; MOURA, Deniza Dias de. A importância da família para o sujeito portador de autismo, a educação e a formação docente. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 25, 2019.
- GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Editora Cultural. 2014.
- GREENSTEIN, F. O Dom da Inclusão e Liderança. *Revista Veja*, São Paulo, 23 abr. 2014, Seção Entrevista, 23 p.11-15.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que e? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar).
- MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- ORRÚ, Sílvia Ester; BRASIL, Fundação de Encino Octavio Bastos. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DE AUTISTAS**. 2013.

SANTOS, Karine Alonso dos et al. Educational interventions used to improve the cognitive and social development of children and adolescents with autism. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e25710917971, 2008.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular**: entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TELES, Perolina Souza; CRUZ, Cândida Luisa Pinto. A prática esportiva como instrumento de inclusão: um estudo de caso sobre aprendizagem e desenvolvimento de aluno com transtorno do espectro autista (TEA). **ENFOPE**, n. 11, 2018.

VILLANOVA, A. F. H.; VAZ, J. A. K.; GUEBERT, M. C. C. Uma reflexão sobre as políticas educacionais para favorecer a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais. In: Congresso Nacional de Educação, 10., Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR, 2011. p. 8804-8817.